



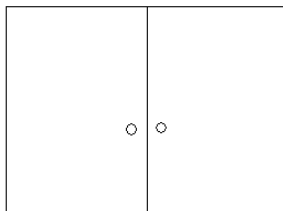
# **PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

## **1ª REVISÃO**

---

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**  
**RESUMO NÃO TÉCNICO**

AGOSTO 2023



DOCUMENTO PREPARADO PARA IMPRESSÃO FRENTE E VERSO

Histórico do documento:

VERSÃO	DESCRIÇÃO	DATA
0	Versão inicial	Outubro 2022
B	De acordo com Conferencia procedimental	Agosto 2023

#### **Coordenação de Equipa:**

CM de Belmonte                      Carlos Simões, Eng. Civil  
Proengel, Lda                         Marta Falcão, Arquiteta urbanista

#### **Coordenação setorial (Proengel, Lda.)**

Sistema Urbano – Marta Falcão, Arquiteta urbanista  
Sistema Patrimonial – Marta Falcão, Arquiteta urbanista  
Sistema Socio Economico - Ana Preto, Geógrafa  
Sistema Biofísico - Ana Sofia Dias, Arquiteta Paisagista  
Ambiente – Helena Nascimento, Engenheira do Ambiente  
Infraestruturas territoriais e urbanas - Margarida Maceira, Engenheira Civil  
Riscos – António Flor, Engenheiro Civil  
Apoio jurídico – Andreia Almeida

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE</b> .....	<b>5</b>
<b>3. OBJETO DE AVALIAÇÃO</b> .....	<b>10</b>
3.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO .....	10
3.2. REVISÃO DO PDM – OPORTUNIDADES E OBJETIVOS .....	12
<b>4. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>5. AVALIAÇÃO AMBIENTAL POR FCD</b> .....	<b>22</b>
5.1. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E COMPETITIVIDADE .....	22
5.1.1. <i>Análise de Tendências</i> .....	22
5.1.2. <i>Efeitos Esperados com a Proposta de Plano</i> .....	24
5.2. ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO .....	28
5.2.1. <i>Análise de Tendências</i> .....	28
5.2.2. <i>Efeitos Esperados com a Proposta de Plano</i> .....	29
5.3. RECURSOS NATURAIS E PATRIMÓNIO NATURAL.....	33
5.3.1. <i>Análise de Tendências</i> .....	33
5.3.2. <i>Efeitos Esperados com a Proposta de Plano</i> .....	34
5.4. PATRIMÓNIO CULTURAL .....	38
5.4.1. <i>Análise de Tendências</i> .....	38
5.4.2. <i>Efeitos Esperados com a Proposta de Plano</i> .....	39
5.5. RISCOS NATURAIS, TECNOLÓGICO E MISTOS .....	42
5.5.1. <i>Análise de Tendências</i> .....	42
5.5.2. <i>Efeitos Esperados com a Proposta de Plano</i> .....	42
<b>6. DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO</b> .....	<b>45</b>
<b>7. ORIENTAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE CONTROLO</b> .....	<b>50</b>
<b>8. CONCLUSÕES</b> .....	<b>60</b>

Siglas utilizadas:

<b>AAE</b>	Avaliação Ambiental Estratégica
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
<b>CCDR-C</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
<b>CMB</b>	Câmara Municipal de Belmonte
<b>DGEG</b>	Direção Geral de Energia e Geologia
<b>DGT</b>	Direção-Geral do Território
<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>DRAP-C</b>	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
<b>ERAE</b>	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
<b>FCD</b>	Fator Crítico para a Decisão
<b>ICNF</b>	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
<b>IGT</b>	Instrumentos de Gestão Territorial
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>LBSOTU</b>	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
<b>MA</b>	Massas de Água
<b>PDMB</b>	Plano Diretor Municipal de Belmonte
<b>PMOT</b>	Plano Municipal de Ordenamento do Território
<b>PROF CL</b>	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral
<b>QE</b>	Questões Estratégicas
<b>QRE</b>	Quadro de Referência Estratégico
<b>RA</b>	Relatório Ambiental
<b>RFCD</b>	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
<b>RJIGT</b>	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
<b>RNT</b>	Resumo Não Técnico

## 1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o **Resumo Não Técnico (RNT)** do **Relatório Ambiental (RA)** pós-consulta institucional da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da **Proposta de 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Belmonte (PDMB)**.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos, Programas e Políticas tem sido um requisito obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), que transpõe os requisitos legais europeus da Diretiva n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho (que prevê a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente) e da Diretiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio (que estabelece a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente).

A aplicação da AAE aos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), como é o caso da revisão do PDM de Belmonte, encontra-se corporizada no contexto jurídico-administrativo pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

O processo de AAE, no âmbito da elaboração dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) reporta-se essencialmente à análise e diagnóstico dos eventuais efeitos significativos que a concretização do Plano possa produzir no ambiente, através de um processo abrangido pela definição do âmbito, considerando os objetivos de avaliação, seguido da identificação dos efeitos significativos no ambiente, de modo a permitir uma ponderação das várias alternativas que conduzam à tomada de decisão.

De acordo com o referido enquadramento legal, o responsável pela AAE, que corresponde à entidade responsável pela elaboração do Plano, deverá proceder à determinação do âmbito da avaliação ambiental a realizar, bem como do alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental (RA), à consulta de entidades sobre o âmbito e alcance da AAE, à elaboração do RA, às respetivas consultas institucional e pública e à elaboração e disponibilização da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e restantes entidades consultadas no procedimento de AAE.

## 2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE

A Avaliação Ambiental Estratégica visa estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, designadamente instrumentos de gestão territorial,

que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

A AAE, numa abordagem de pensamento estratégico, visa três objetivos muito concretos (APA, 2007):

- Assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração de política;
- Detetar oportunidade e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão;
- Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

O procedimento de AAE garante que os efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano ou programa e antes da sua aprovação. A avaliação contempla assim a análise e diagnóstico dos eventuais efeitos significativos que o plano possa produzir no ambiente, permitindo a integração e adequação dos resultados da avaliação ambiental nas opções ao nível do uso, transformações e ocupação do solo.

Desta forma, a AAE será integrada no processo de planeamento, não devendo em caso algum ser considerada e conduzida como um processo paralelo ou autónomo. Assim, cada uma das etapas da AAE será articulada com as diferentes fases do processo de elaboração do plano a que respeita e com as respetivas metodologias.

Tendo presente o objetivo de estabelecer uma programação articulada com o procedimento de elaboração do plano, distinguem-se as seguintes fases principais:

**1ª Fase – Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental.** Numa primeira fase procedeu-se à descrição geral do conteúdo, dos principais objetivos do plano e das suas relações com outros planos e programas pertinentes, bem como à identificação das características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano, com base nos estudos de caracterização e diagnóstico e nos objetivos do plano.

Foi efetuada a identificação dos objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano e a forma como estes objetivos e todas as outras questões ambientais foram tomados em consideração durante a sua preparação. O relatório deve ainda contemplar uma proposta de critérios a aplicar na avaliação dos efeitos significativos no ambiente.

O Relatório de Fatores Críticos para a Decisão foi sujeito a apreciação das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) (n.º 3 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de

15 de junho).

**2ª Fase – Elaboração do Relatório Ambiental** (presente fase). Esta fase é concretizada através da elaboração do relatório ambiental, bem como da realização de consultas, da ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e da divulgação pública de informação respeitante à decisão final.

A elaboração do relatório Ambiental traduz-se a identificação dos eventuais efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação do plano, considerando os fatores ambientais selecionados e na inter-relação entre os mesmos, bem como na identificação das medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano ou programa.

No RA são apresentadas as razões que justificam as opções e alternativas escolhidas para atingir os objetivos propostos, e descritas as diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação da implementação da 1.ª Revisão de PDMB.

Deverá ainda constar desta fase a definição das formas de acompanhamento público e envolvimento de entidades competentes e agentes interessados para acompanhar o processo de implementação do Plano.

### **Etapa 1 – Elaboração do Relatório Ambiental Preliminar**

O RA constitui o documento síntese de todo o processo de AAE para a 1.ª Revisão do PDMB, onde se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação deste Plano, bem como as alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos. Na elaboração do RA preliminar foram considerados os comentários/observações pertinentes para o desenvolvimento do Plano, formulados pelas ERAE consultadas na Fase 1 da AAE.

Os conteúdos e a metodologia a seguir para a elaboração do Relatório Ambiental deverão ter em consideração o disposto no DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. O procedimento de aprovação do Relatório Ambiental seguirá, todavia, o regime procedimental decorrente dos artigos 78.º e 83.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

### **Etapa 2 – Consulta de Entidades**

Antes da aprovação do Plano e do respetivo Relatório Ambiental preliminar, foi promovida a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação da 1.ª Revisão do PDMB. O RA a submeter a consulta pública deverá ter em consideração os contributos das ERAE.

### **3ª Fase – Seguimento/Monitorização**

#### **Etapa 1 – Consulta Pública**

Concluída a elaboração do Plano, procede-se à sua submissão a discussão pública, acompanhado pelo RA.

A proposta de plano a submeter pela CMB à aprovação da Assembleia Municipal deve ser ainda acompanhada da Declaração Ambiental (DA), da qual conste:

- As formas como as considerações ambientais do RA foram integradas no Plano;
- As observações apresentadas durante a consulta pública e institucional (elaborada sobre o Relatório Ambiental e correspondente proposta de plano) e os resultados da respetiva ponderação;
- O resultado das consultas realizadas, nos termos do artigo 8.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio;
- As razões que levaram à aprovação da proposta de Revisão do Plano, em prol de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas.

A DA será desenvolvida numa redação clara, sucinta e autossuficiente, e incluirá, para além da abordagem acima referida, uma súmula sobre o processo de Avaliação Ambiental, abordando a forma como as considerações ambientais foram integradas no plano.

A Declaração Ambiental será posteriormente enviada à Agência Portuguesa do Ambiente, bem como às restantes entidades consultadas no procedimento de AAE, e disponibilizada ao público, para consulta.

#### **Etapa 2 – Avaliação e Controlo**

A Câmara Municipal, enquanto entidade responsável pela elaboração do PDM, avalia e controla os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos, devendo proceder à divulgação dos resultados deste controlo nos termos da legislação vigente.

Esta fase consiste no desenvolvimento de um programa de controlo, onde deverão constar diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação da implementação para a 1.ª Revisão do PDMB. Deverá ainda constar desta fase a definição das formas de acompanhamento público e envolvimento de entidades competentes e agentes interessados no processo de implementação da 1.ª Revisão do PDMB.

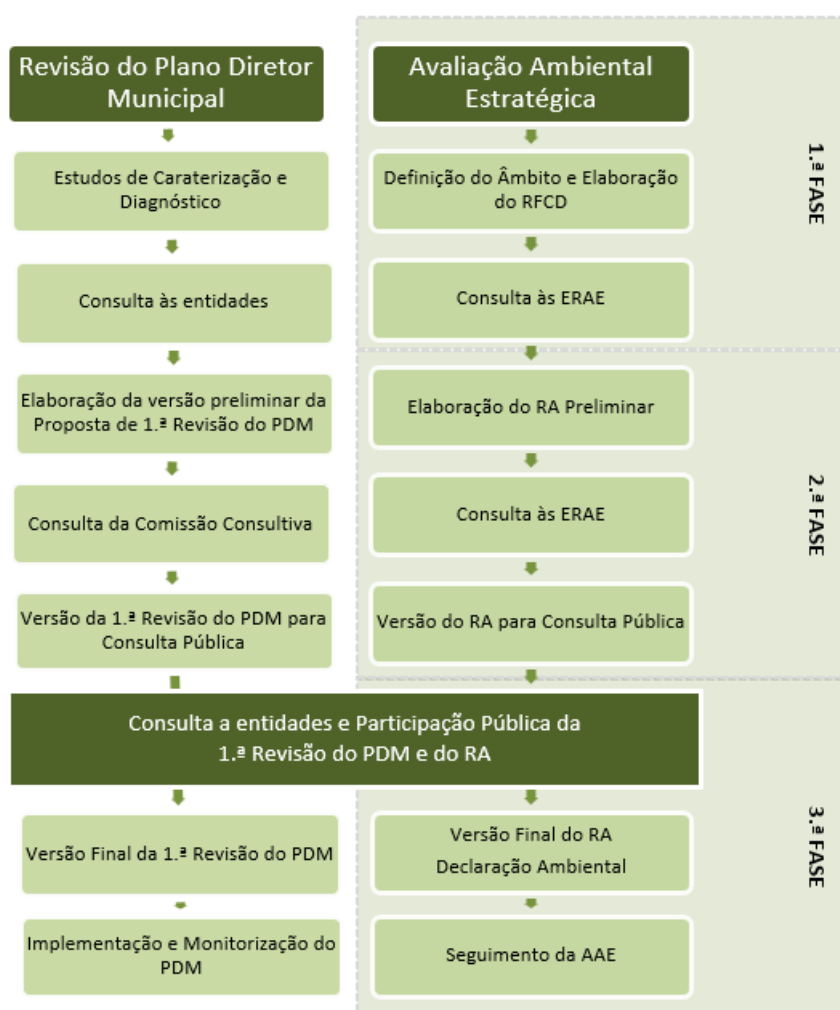
Desta fase deverá resultar um programa de ação para a gestão ambiental e de sustentabilidade da



estratégia, que deverá incluir indicadores operacionais, medidas de gestão ambiental e de sustentabilidade, e um quadro institucional articulado com o quadro de governança para a implementação do Plano.

Apresenta-se seguidamente o fluxograma de atividades e a articulação entre o procedimento da 1.<sup>a</sup> Revisão do PDM e o procedimento de AAE, sendo esta 1.<sup>a</sup> Fase um dos momentos mais decisivos para o efeito.

Figura 1: Faseamento de elaboração da 1.<sup>a</sup> Revisão do PDMB e da AAE



A AAE desenvolvida no âmbito da revisão do PDM de Belmonte segue, metodologicamente, as linhas de orientação constantes dos seguintes documentos:

- “Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (APA, 2012), que constitui uma versão revista e atualizada do anterior Guia publicado em 2007 pela APA (APA, 2007);
- Guia orientador – revisão do PDM, publicado em 2019 pela CCDR-C;

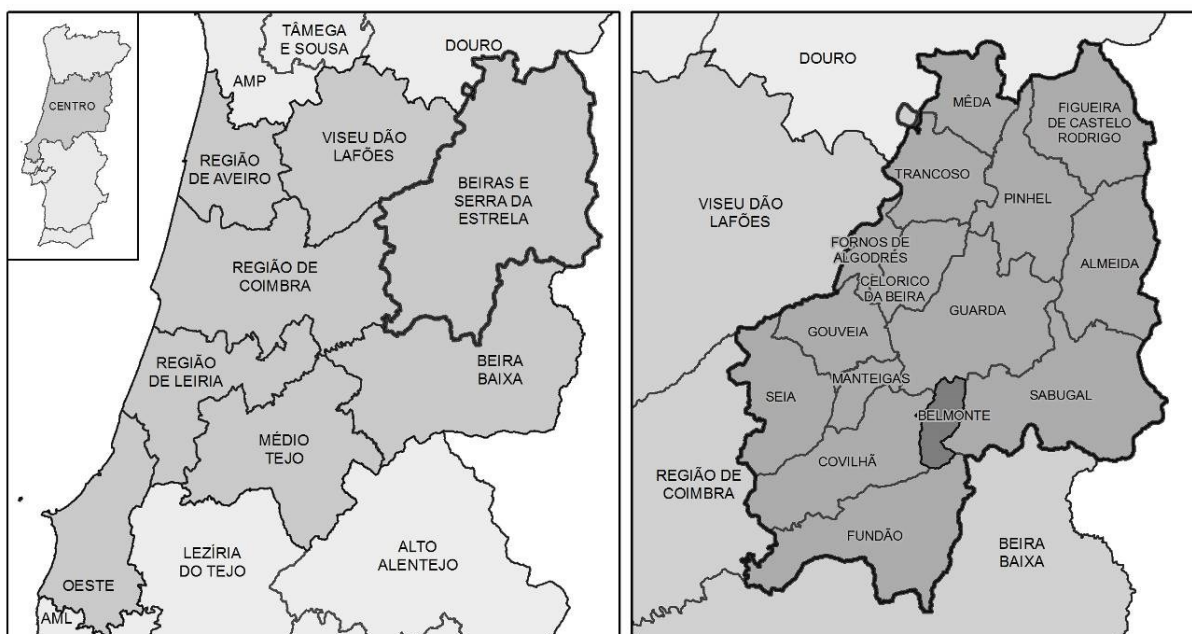
- Guia - Formação dos planos territoriais, Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental', Março 2021, Direção Geral do Território (DGT);
- Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT, Janeiro 2020, Direção geral do Território (DGT);
- Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais, publicado em Dezembro 2020, editado pela Comissão Nacional do Território (CNT);
- 'Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', da APA, datada de abril 2020;
- 'Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', da APA, datada de abril 2020.

### 3. OBJETO DE AVALIAÇÃO

#### 3.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

O concelho de Belmonte, situado em Portugal continental, integra o distrito de Castelo Branco e, no contexto dos níveis hierárquicos da Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, de 2013 (NUTS2013), está enquadrado na NUTS I Continente (PT1), NUTS II Centro (PT16) e NUTS III Beiras e Serra da Estrela (PT16J).

Figura 2 - Localização do concelho de Belmonte no contexto das NUTS 2013. Fonte: DGT. CAOP. 2018

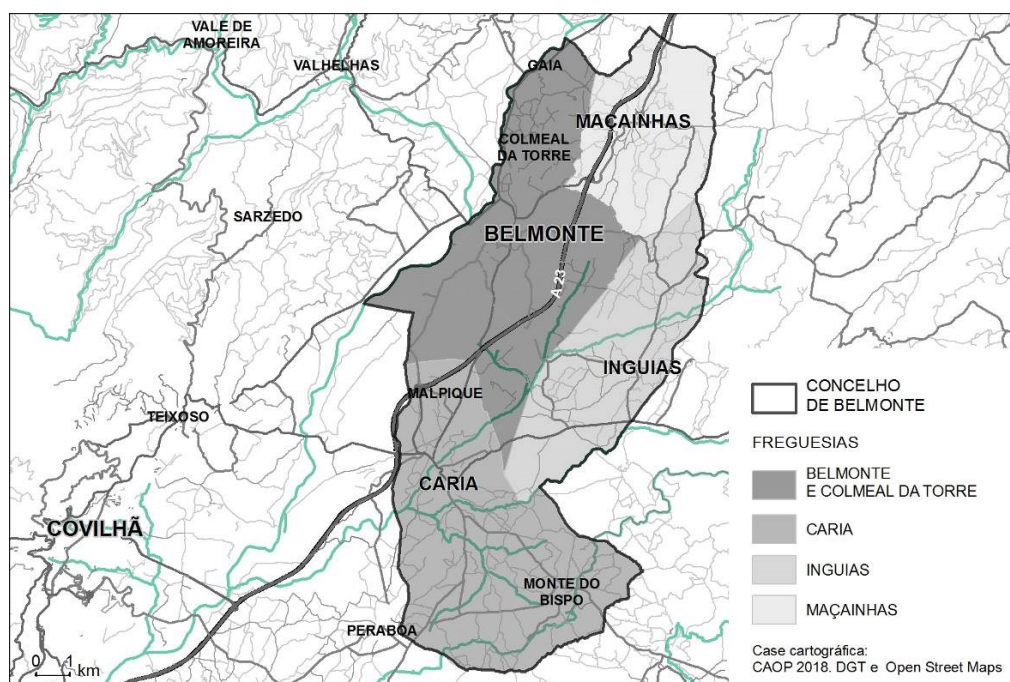


Até 1 de janeiro de 2015, data a partir da qual a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, começou a ser aplicada pelo Sistema Estatístico Nacional e Europeu, o município de Belmonte, juntamente com os municípios da Covilhã e do Fundão, constituiu a NUTS III Cova da Beira. Com a aplicação desta lei, os municípios anteriormente integrados nas NUTS III Cova da Beira, NUTS III Serra da Estrela (Fornos de Algodres, Gouveia e Seia) e NUTS III Beira Interior Norte (Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso) passaram a integrar uma só unidade territorial, designada NUTS III Beiras e Serra da Estrela. Esta unidade territorial estende-se por 630 495 ha, distribuídos pelos 15 municípios referidos, juridicamente enquadrados na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM BSE).

O território municipal, a partir da entrada em vigor da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, divide-se administrativamente em quatro freguesias: União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Caria, Inguias e Maçainhas.

De acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), publicada pela DGT, o Concelho de Belmonte ocupa 118,7 km<sup>2</sup>, sendo Caria a sua maior freguesia, com 39,0 km<sup>2</sup>(<sup>1</sup>), correspondendo aproximadamente a um terço do seu território (32,9%). A União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, com 38,3 km<sup>2</sup> representa aproximadamente um terço (32,3%) da área do Concelho, correspondendo a restante território às freguesias de Inguias, com 23,2 km<sup>2</sup> e Maçainhas.

Figura 3 - Freguesias do concelho de Belmonte



<sup>1</sup> Até 2013 a área desta freguesia estava repartida pela freguesia de Belmonte, que correspondia a 30,9 ha, distribuídos por uma área principal (28,4 ha) e uma área secundária (2,5 ha) e Colmeal da Torre, que correspondia a 7,4 ha.

O concelho de Belmonte localiza-se numa depressão tectónica encaixada entre as Serras da Estrela, Gardunha e Malcata. Nesta zona aplanada, situada entre os 400 e os 500 m, as cotas decrescem suavemente para SW. No interior da zona aplanada destacam-se uma série de relevos descontínuos, tais como a Serra da Esperança (724 m) entre outras pequenas colinas e o Rio Zêzere que a atravessa longitudinalmente.

Belmonte enquadra-se numa região cujas potencialidades se relacionam sobretudo com os seus recursos naturais e com a sua história. No entanto, através das novas estratégias e programas nacionais e regionais, um novo ciclo se inicia, tornando mais abrangente esta factualidade e alargando/diversificando ainda mais os seus horizontes, inovando na forma como se encaram e nas perspetivas em que são aprofundados.

Desde a elaboração do PDM vigente, muito se desenvolveram os conceitos, conhecimentos e experiências do ordenamento do território. Novas noções e prioridades passaram a constar da legislação portuguesa e europeia, assim como novas preocupações. O resultado dos denominados PDM's de primeira geração é visível/percetível, suscitando vontade de mudança na forma como se encaram os Planos.

O desenvolvimento de uma estratégia integrada na Comunidade Urbana das Beiras proporcionará um novo fôlego, passando pelo reforço dos principais objetivos e estratégias a implementar na região, tendo, portanto, um papel fundamental no suporte e apoio das decisões do próprio município.

### **3.2. REVISÃO DO PDM – OPORTUNIDADES E OBJETIVOS**

Decorridos cerca de 25 anos desde a entrada em vigor do atual Plano Diretor Municipal (RCM n.º 23/96, de 13 de março) torna-se necessário proceder à sua revisão, uma vez que o seu prazo previsto de vigência já há muito que expirou. Em conformidade com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT), a Câmara Municipal de Belmonte entendeu dar continuidade ao processo de revisão do Plano em 2010, por considerar necessária e urgente a supressão de um conjunto de lacunas e fragilidades de que este documento enferma, bem como dotá-lo de condições que garantam uma intervenção no território mais consentânea com a realidade atual, contribuindo assim para o agilizar da gestão urbanística do território concelhio.

A revisão do PDM de Belmonte teve uma primeira deliberação de revisão em reunião de Câmara de 2003, decorrente da aplicação do diploma legal do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com o fundamento na necessidade de adequação a essa evolução, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais, da necessidade de atualização das disposições vinculativas dos particulares e do estabelecimento de servidões administrativas e restrições de utilidade pública. Entretanto, a revisão tem

tido avanço e retrocesso de várias naturezas, com destaque na constante introdução de novos normativos legislativos.

A Câmara Municipal de Belmonte delibera, pela primeira vez, em 2003, dar início à revisão do PDM, tendo, entretanto, procedido a vários procedimentos, aos estudos de caracterização, sendo os mesmos aprovados em 2008, pela Comissão de Acompanhamento. Em 2015, as entidades competentes na razão da sua matéria emitiram parecer do relatório dos Fatores Críticos de Decisão, no Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica. Em paralelo, decorreu a delimitação da REN, contudo, por diversos motivos desde a alteração de legislação da REN pela publicação das orientações estratégicas de âmbito Nacional e Regional (2012), quer pela necessidade de implementar cartografia homologada (2014), quer pela alteração do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (2015), o Município não solicitou em tempo oportuno nenhuma reunião plenária da Comissão de Acompanhamento.

A Câmara Municipal de Belmonte deliberou, em reunião ordinária de 29 de janeiro de 2019, a suspensão parcial do PDM em virtude de oportunidade de criar um Área de Acolhimento Empresarial, em solo rústico. A suspensão prevista nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 126.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial implica obrigatoriamente o estabelecimento de medidas preventivas e a abertura de procedimento de elaboração, revisão ou alteração de plano municipal para a área em causa, em conformidade com a deliberação tomada, o qual deve estar concluído no prazo em que vigorem as medidas preventivas. Foi fixado um prazo de execução do PDM de 15 meses. A suspensão só se tornou eficaz após a deliberação por parte da Assembleia Municipal, que ocorreu a 25 de setembro de 2019.

A vigência prolongada do atual PDM em vigor (25 anos) em termos de dinâmica, procedimento e elaboração expostos anteriormente, depreende-se, que esta revisão é uma oportunidade de compatibilizar o plano com as disciplinas dos diversos instrumentos de desenvolvimento territorial e de articulação das intervenções de âmbito nacional, regional e local. O objeto de fundo é a harmonização com quaisquer outros planos, programas e projetos, de interesse municipal ou intermunicipal, que prevalecem sobre o PDM. Assim como, adequação as novas regras de classificação e qualificação do solo, bem como a legislação complementar em vigor, cujas alterações e aprovações possam relevar incompatibilidades e/ou desconformidades pela sua natureza ou alcance.

A revisão irá proporcionar a reapreciação da globalidade do plano em termos estruturais, correção de lacunas, colmatação de vazios, supressão de erros e atenuação de constrangimentos identificados e/ou constatados ao longo da vigência do PDM. Pretende-se adequar o Plano vindouro à realidade concelhia, à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais.

Com a preocupação de alinhar os objetivos da revisão do PDM com o PNPOT e o com os princípios orientadores da Coesão Territorial, e tendo em conta a compatibilização e convergência pelos

programas, planos e projetos com incidência na área do município, assume-se como objetivos estratégicos do plano a seguir ao longo de todo o período de vigência do plano, os seguintes objetivos estratégicos (OE):

- OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular;
- OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos;
- OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo;
- OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos;
- OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade;
- OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana;
- OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade;
- OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos;
- OE9: Adaptação às alterações climáticas.

A partir da definição dos eixos estruturantes para o desenvolvimento do concelho, definiram-se os objetivos específicos para o PDM como instrumento regulador que importa agora reforçar:

- Contribuir para o desenvolvimento urbano e económico do concelho;
- Promover o desenvolvimento e programar o crescimento urbano sustentável dos aglomerados populacionais em equilíbrio com as redes de infraestruturas;
- Qualificar e proteger ambientalmente o território através de regulação do sistema biofísico local;
- Promover a valorização ambiental tendo em vista a preservação dos principais valores naturais e paisagísticos concelhios;
- Contribuir para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas promovendo os princípios da economia circular.

A revisão do PDM deve atender a:

- Reorganizar as infraestruturas em consonância com a realidade territorial e o desenvolvimento previsto;
- Promover o desenvolvimento da gestão urbanística municipal;
- A articulação do PDM com novas estratégias de âmbito regional e municipal;
- A articulação com o sistema multimunicipal de água e saneamento das Águas do Vale do Tejo;
- A definição da estrutura ecológica municipal e urbana, segundo as novas diretivas;
- Ajustar o Plano à realidade concelhia, com a introdução de correções de situações desadequadas às necessidades e anseios da população, bem como à legislação em vigor;
- Agilizar a gestão do PDM e proceder à sua articulação com outros Planos Municipais em revisão;

- Proceder à articulação do PDM com os Instrumentos de Gestão Territorial hierarquicamente superiores;
- Suprimir as deficiências e a desatualização, ao nível de representação, na Planta de Condicionantes e na Planta de Condicionantes, e proceder à revisão do Regulamento;
- Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos;
- Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e governamentais, adequados ao desenvolvimento do concelho;
- Inclusão gráfica dos novos traçados das infraestruturas viárias;
- Ajustar os perímetros urbanos em função da ocupação atual e do crescimento previsto;
- Prever a implementação de novas Áreas de Acolhimento Empresarial;
- Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos de modo a evitar descontinuidades territoriais.

#### **4. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO**

A determinação dos FCD resulta, numa primeira fase, da interação entre os objetivos do Quadro de Referência Estratégico (QRE) preconizado e as Questões Estratégicas (QE) definidas na proposta de revisão do PDM de Belmonte. Da integração das relações existentes entre estas duas componentes e dos Fatores Ambientais (FA), considerados como os mais relevantes, resultam então os Fatores Críticos de Decisão (FCD), que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes, e que servirão de base para a tomada de decisão.

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar nas suas principais abordagens e conclusões, estruturam a análise e a avaliação de oportunidades e riscos em AAE e resultam de uma análise integrada essencialmente entre o as Questões Estratégicas (QE) do Plano, o Quadro de Referência Estratégico (QRE) e os Fatores Ambientais (FA). A definição dos FCD permitirá estruturar a análise e avaliação estratégica, estabelecendo o alcance da avaliação ambiental, o contexto institucional e o quadro de agentes a envolver, bem como a estratégia de comunicação.

Os FCD são os domínios de estudo que constituem as dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável que serão adotados para estudar as implicações do Plano e deverão assegurar uma focagem estratégica.

A determinação dos FCD resultou da análise integrada do diagnóstico preliminar apoiado na consulta dos estudos de caracterização desenvolvidos no âmbito da revisão do PDM de Belmonte, bem como dos elementos estruturantes considerados descritos no capítulo 4 (QE, QRE e FA).

Os FCD a considerar no âmbito da AAE da revisão do PDM de Belmonte são os que se apresentam e sintetizam no quadro seguinte.

Quadro 1 – Fatores Críticos para Decisão

Fatores Críticos para a Decisão	Descrição sumária
Desenvolvimento Económico e Competitividade	Permitirá avaliar os efeitos do Plano sob o ponto de vista do desenvolvimento socioeconómico e da valorização e qualificação humana.
Ordenamento e Qualificação do Território	Visa avaliar de que forma propostas de revisão do PDM contribuem para um melhor equilíbrio no ordenamento do território, atendendo aos diferentes usos e aptidões do solo, ao tipo de ocupação dominante e tipologia das construções. Pretende igualmente aferir a capacidade do Plano em promover a melhoria da estruturação urbana e dos equipamentos públicos de utilização coletiva e a promoção da qualidade de vida das populações.
Recursos Naturais e Património Natural	Visa aferir o contributo da proposta de revisão do PDM na promoção da qualidade ambiental e utilização eficiente dos recursos naturais e na proteção, recuperação e valorização do património natural e da paisagem.
Património Cultural	Refere-se à valorização do património cultural, arquitetónico, arqueológico, etnográfico e imaterial. Permitirá analisar a forma como o património cultural poderá contribuir para o crescimento económico, e em que medida permitirá reforçar a identidade histórico-cultural do município.
Energia e Riscos Ambientais e Tecnológicos	Incide sobre a produção e utilização de energia e questões associadas à utilização de fontes renováveis, eficiências de consumos energético, emissões de gases com efeito de estufa e adaptação às alterações climáticas. Incide ainda sobre a prevenção de riscos ambientais e tecnológicos, fruto de acontecimentos esporádicos e indesejáveis, designadamente, derrocadas, cheias, incêndios urbanos e florestais, explosões e fugas de agentes químicos perigosos.

Para cada FCD, identificaram-se os domínios, os objetivos de sustentabilidade e os indicadores, de modo a melhor definir as tarefas analíticas e de abordagem para as fases seguintes da AAE.

Os domínios deverão incidir em questões pertinentes associadas a cada FCD e que influenciem a estruturação e conteúdo da análise. A estes associam-se então objetivos de sustentabilidade, que representam os propósitos associados a cada uma das áreas temáticas definidas, e os respetivos



indicadores, que mais diretamente permitem avaliar de forma mensurável as propostas apresentadas na revisão do PDM de Belmonte.

Da análise efetuada a cada um dos FCD, resultou a identificação dos domínios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores, que se apresentam nos quadros seguintes, e que contribuirão para avaliar a viabilidade e sustentabilidade da estratégia preconizada nas grandes opções da proposta de revisão do PDM de Belmonte, pretendendo facilitar a avaliação e contribuir para uma tomada de decisão consciente e adequada.

Quadro 2 – FCD Desenvolvimento Económico e Competitividade: Domínios, objetivos e indicadores

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
<b>Desenvolvimento Económico</b>	<p>Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional e nacional</p> <p>Criar condições especiais para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional</p> <p>Fomentar o desenvolvimento sustentável, proporcionando uma maior organização e coesão económica, social e territorial</p> <p>Aumentar a valorização económica em espaço rural</p>	Taxa de ocupação de Espaços empresariais / industriais estruturados e infraestruturados (%)
		Unidades de exploração agrícola, agropecuária e áreas florestais (N.º)
		Unidades de produção de produtos tradicionais protegidos (azeite da Beira Baixa, maçã Bravo de Esmolfe, queijos da Beira Baixa, etc.) (N.º de unidades)
		Área de produção de produtos tradicionais protegidos (ha)
<b>Emprego e Qualificação humana</b>	<p>Garantir a criação de emprego</p> <p>Aumentar da qualificação humana</p>	Taxa de desemprego (%)
		Evolução da População Ativa por atividade económica (%)
		Criação de postos de trabalho, por sector de atividade (%)
		Qualificações profissionais (% formações superiores e % de formação especializada)
<b>Dinâmica Turística</b>	<p>Aumentar a atratividade turística do concelho</p> <p>Aumentar o apoio, suporte e promoção da atividade turística</p>	Taxa ocupação hoteleira (%)
		Estabelecimentos turísticos (N.º)
		Unidades de Turismo em Espaço Rural (TER) (N.º)
		Capacidade hoteleira (N.º de camas)
		Percursos temáticos (N.º)

Quadro 3 – FCD Ordenamento e Qualificação do Território: Domínios, objetivos e indicadores

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
	Fomentar a organização espacial do território	População Residente (N.º hab)

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
<b>Ordenamento do território</b>	<p>Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, através da consolidação de espaços verdes urbanos</p> <p>Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana</p> <p>Fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios</p> <p>Fomentar a fruição da floresta nas suas variadas vertentes</p> <p>Incentivar a requalificação nos centros históricos</p>	Espaços verdes urbanos (ha)
		Reserva Agrícola Nacional afetada por propostas de solo urbano (ha)
		RAN utilizada para fins não agrícolas (%)
		Reserva Ecológica Nacional afetada por propostas de solo urbano (ha)
		REN com ocupação compatível (%)
		Estrutura Ecológica Municipal afetada por propostas de solo urbano (ha)
		Novos fogos construídos em solo rústico / fogos construídos em solo urbano (N.º)
		Licenças para reconstrução e reabilitação (N.º)
		Licenças para novos loteamentos (N.º)
		Taxa de execução de solo programado (% e ha/ano)
		Reclassificação do solo rural em solo urbano (%)
		Taxa de ocupação das áreas de atividade económica (%)
		Taxa de ocupação dos loteamentos urbanos (% e ha/ano)
		Estabelecimentos industriais em solo rural (n.º)
Concretização de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (N.º)		
Área de solo suscetível à desertificação (ha)		
<b>Acessibilidades</b>	Melhorar e potenciar as acessibilidades	Estado de conservação da rede viária (escala qualitativa)
		Tempo de deslocação entre os principais centros urbanos da região (min)
		Tempo de deslocação entre trabalho e habitação (min)
<b>Qualidade de vida das populações</b>	<p>Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho</p> <p>Qualificar o Espaço Público</p> <p>Adaptar as redes de infraestruturas, por forma a garantir os serviços à estrutura socioeconómica existente e potencial</p>	Alojamentos servidos por sistemas de abastecimento de água para consumo humano (%)
		Alojamentos servidos por sistemas de drenagem de águas residuais (%)
		Recetores expostos a situações de não conformidade com o valor limite regulamentado no RGR (N.º)

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
	<p>Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações</p> <p>Incentivar a instalação de cooperativas de habitação jovem</p> <p>Incentivar a instalação de residências para seniores</p>	<p>População afetada por níveis de poluição atmosférica superiores aos limites legais (N.º de pessoas)</p> <p>Queixas dos munícipes (N.º de queixas)</p> <p>Capacidade de transporte de passageiros por meio de transporte (N.º de passageiros)</p> <p>Repartição modal transporte individual / transporte coletivo (%)</p> <p>Capitação de espaços verdes (m<sup>2</sup>/hab)</p> <p>Capacidade de alojamento em residências para seniores (N.º camas)</p> <p>Capacidade de alojamento em cooperativas jovens (N.º de camas)</p> <p>Condições de acessibilidade a equipamentos de saúde (escala qualitativa)</p> <p>Taxa de cobertura de respostas sociais para idosos (%)</p> <p>Taxa de execução de equipamentos desportivos (%)</p> <p>Produção de RSU (kg/hab)</p> <p>Valorização de Resíduos (%)</p> <p>Taxa de execução da ampliação da rede de saneamento e de abastecimento de águas para os aglomerados populacionais não servidos (%)</p>

Quadro 4 – FCD Recursos Naturais e Património Natural: Domínios, objetivos e indicadores

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
<b>Biodiversidade, Flora / Fauna</b>	Proteger a diversidade biológica	Diversidade de espécies de fauna ameaçadas e protegidas (N.º de espécies)
	Assegurar a gestão sustentável dos locais para a conservação de determinadas espécies, bem como dos processos ecológicos associados	Diversidade de espécies de flora ameaçadas e protegidas (N.º de espécies)
	Controlar a proliferação de espécies não indígenas invasoras com risco ecológico conhecido	<i>Habitats</i> protegidos (ha e % concelho)
	Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis	Espécies invasoras ou com risco ecológico conhecido (N.º e ha)
<b>Floresta</b>	Reabilitação de habitats e de espécies para níveis viáveis	
	Controlar as monoculturas de espécies de rápido crescimento e as invasoras lenhosas	Área de Floresta de produção e agroflorestais (%)
	Proteção das espécies florestais autóctones e das folhosas de folha caduca	
	Proteção Florestal, controlo de pragas e doenças	
<b>Paisagem</b>	Proteção e Salvaguarda da Paisagem	Número de intrusões visuais (construções em grande escala, lixeiras entre outras) (N.º)

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
	Diminuição das áreas degradadas e intrusões visuais Contenção da edificação dispersa e do ordenamento da expansão urbana	Investimento em ações de valorização e recuperação paisagística (€) Áreas degradadas e principais intrusões visuais (pedreiras não recuperadas, lixeiras, áreas de depósito de entulho, etc.) (ha)
<b>Recursos Naturais</b>	Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos Reduzir os níveis de poluição na água para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais Promover o consumo eficiente e racional do recurso água	Qualidade da água superficial (escala qualitativa)
		Qualidade da água subterrânea (escala qualitativa)
		Investimento em ações de limpeza e requalificação dos recursos hídricos (€)
		Consumo de água por habitante (m <sup>3</sup> /hab)
		Utilização de água, por sector de atividade e tipologia (m <sup>3</sup> /setor de atividade)
	Perdas no sistema de abastecimento de água (%)	
<b>Atmosfera</b>	Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública Redução da poluição do ar Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites (N.º de dias)
		Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)
<b>Solo</b>	Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo Reduzir a ocorrência de situações de erosão do solo Salvaguarda dos solos pedologicamente evoluídos Racionalização da expansão urbana Controlo da impermeabilização do solo	Superfície agrícola utilizada (ha)
		Impermeabilização dos solos (% relativa ao concelho)
		Pedreiras recuperadas (N.º)

Quadro 5 – FCD Património Cultural: Domínios, objetivos e indicadores

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
<b>Património Cultural</b>	Preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos Valorizar a diversidade e a identidade local Promover o turismo cultural	Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção) (N.º)
		Recuperação de edifícios urbanos degradados (N.º)
		Edifícios degradados ocupados e fora de uso (N.º)
		Circuitos históricos e culturais (N.º)
		N.º de visitantes de monumentos históricos (N.º visitantes)

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
		Património classificado e em vias de classificação (N.º de elementos classificados)
		Património arqueológico classificado e em vias de classificação (N.º de elementos classificados)
		Investimento na inventariação e conservação de elementos patrimoniais (€)

Quadro 6 – FCD Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos: Domínios, objetivos e indicadores

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
<b>Energia</b>	Aumento da eficiência energética Utilização racional de energia Utilização e produção de energia renováveis	Consumo de energia elétrica (kWh/hab)
		Produção de energia através de recursos renováveis (kW/hab)
		Investimento em programas de eficiência energética (€)
<b>Alterações Climáticas</b>	Diminuição das emissões de CO <sub>2</sub> Adaptação às alterações climáticas	Emissão de CO <sub>2</sub> equivalente (gCO <sub>2</sub> eq/hab) Quantidade de GEE (t/km <sup>2</sup> ) Investimentos em estudos e programas de adaptação às alterações climáticas (€)
<b>Risco Naturais</b>	Reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas Prever e mitigar a ocorrência de risco de inundações	Ocupação humana em áreas de riscos naturais (N.º hab)
		Área ardida (ha)
		Ocorrência de incêndios (N.º ocorrências)
		Edifícios afetados pela ocorrência de incêndios (N.º edifícios)
		Ocorrência de cheias (N.º ocorrências)
	Elementos expostos e população expostos a zonas com risco de cheia (N.º)	
<b>Acidentes industriais</b>	Prever e mitigar a ocorrência de risco de acidentes industriais	Ocorrência de acidentes industriais (N.º ocorrências)
		Acidentes com transportes de matérias perigosas (N.º acidentes)

## 5. AVALIAÇÃO AMBIENTAL POR FCD

Uma vez identificados no ponto anterior os Fatores Críticos para a Decisão, considerando as propostas efetuadas pelas ERAE, os mesmos são utilizados para balizar a avaliação das implicações ambientais da proposta de revisão do PDM.

Neste sentido, o procedimento da AAE prossegue com a avaliação ambiental por FCD, através da seguinte metodologia:

- Caracterização da situação existente e análise das principais tendências na ausência da execução da revisão do Plano. Refere-se que não se pretende descrever de forma exaustiva a situação atual e tendencial, mas sim destacar os aspetos críticos relevantes para o desenvolvimento da AAE, que permitam avaliar a sustentabilidade das propostas, contribuindo para a tomada de decisão.
- Análise das principais tendências de evolução da área de influência do Plano, na ausência da revisão, através do recurso a uma análise do tipo SWOT, sobre as vertentes socioeconómicas, ambientais e do ordenamento do território, identificando, para isso, um conjunto de pontos fortes e fraquezas, que se refletem num conjunto de oportunidades e ameaças decorrentes da implementação da revisão do Plano.
- Análise dos efeitos esperados com a implementação da proposta de Plano, através da identificação das oportunidades e dos riscos, em termos de sustentabilidade ambiental, na qual é avaliada a sua contribuição para a prossecução dos objetivos estratégicos estabelecidos, e analisados os potenciais efeitos negativos decorrentes da implementação dos objetivos estratégicos do Plano.

### 5.1. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E COMPETITIVIDADE

#### 5.1.1. ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise SWOT que se segue pretende diagnosticar as tendências existentes (Forças e Fraquezas), caso não seja levado a cabo a revisão do PDM, identificando-se igualmente um conjunto de Oportunidades e Ameaças resultantes da implementação do Plano, associadas ao FCD em análise.

Análise SWOT		
	Forças	Fraquezas
Sem implementação do Plano	Concentração de equipamentos na sede de concelho, centralização dos serviços de apoio.	Distribuição territorial da população assimétrica.

	<p>Diminuição da taxa de analfabetismo.</p> <p>Otimização do centro escolar.</p> <p>Boa oferta de equipamentos de utilização pública.</p> <p>Diversidade gastronómica e de produtos endógenos, assim como um grande espólio de artesanato local.</p> <p>Forte presença da comunidade judaica.</p>	<p>Territórios rurais de baixa densidade incapaz de impulsionar a implementação de novos equipamentos.</p> <p>Abandono dos povoamentos rurais num cenário de envelhecimento.</p> <p>Escassa oferta de equipamentos de apoio à população de portadora de alguma deficiência.</p> <p>Diminuição da população infanto-juvenil.</p> <p>Migração dos jovens para estudos superiores.</p> <p>Equipamentos desportivos no meio rural a necessitar de intervenção.</p> <p>Isolamentos de alguns lugares.</p> <p>Dinâmica empresarial de pequena dimensão.</p> <p>Falta de dinâmica de empresas na TI.</p>
<p>Com implementação do Plano</p>	<p>Oportunidades</p> <p>Desenvolvimento dos polos industriais nas proximidades dos nós da A24-existent e programados.</p> <p>Implementação de vários Cluster na região:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Cluster dos descobrimentos;</li> <li>-Cluster da comunidade judaica;</li> <li>-Cluster do golf nas Beiras.</li> </ul>	<p>Ameaças</p> <p>Dinâmico crescimento demográfico dependente de migrações de outras áreas do concelho.</p> <p>Envelhecimento acentuado da população e com tendência a manter-se.</p> <p>Despovoamento das áreas rurais e repulsão interna.</p>

	Artes e tradições apresentam-se como potencial recurso turístico.	Dependência direta da Covilhã e Guarda.
--	---	---

### **5.1.2. EFEITOS ESPERADOS COM A PROPOSTA DE PLANO**

Os objetivos estratégicos assumidos na proposta de Plano consubstanciam diferentes oportunidades e riscos ao nível dos fatores críticos definidos.

O próximo quadro sistematiza a análise dos efeitos esperados, com a aplicação da proposta de revisão do PDM sobre os diferentes critérios do FCD Desenvolvimento Económico e Competitividade.



Quadro 7: Efeitos esperados sobre o FCD Desenvolvimento Económico e Competitividade: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE1 Promover a Economia Rural e a Economia Circular</p> <p>OE2 Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos</p>	<p>(++) Adoção de medidas de dinamização e diversificação económica do setor agrícola, turismo e indústrias de transformação/valorização dos produtos locais, através de parcerias, criando oportunidades de emprego diversificadas, com consequente aumento de postos de trabalho e de criação de novas empresas.</p> <p>(++) As atividades económicas terão os seus locais próprios, novos ou ampliação dos existentes. Os limites das áreas industriais previstas no PDM96 foram repensados de forma a adequar-se não só às necessidades atuais como à própria morfologia e acessibilidades do terreno. Os espaços económicos/industriais serão acolhidos em termos de qualificação do solo na categoria de espaços de atividade económica, caso se localizem em solo urbano, ou em espaços afetos a atividades industriais caso se localizem em solo rústico.</p> <p>(++) Está prevista a implementação de um Plano de ação para atratividade económica e de incentivo ao comércio de proximidade/ tradicional, com benefícios para a promoção da economia rural.</p> <p>(++) Criação de condições de atração de iniciativas empresariais de investimento, premiando o empreendedorismo local.</p> <p>(++) A divulgação dos valores culturais e a valorização do património cultural, potencia a atratividade turística do concelho, conduzindo ao desenvolvimento de atividades económicas associadas.</p> <p>(+) O aumento da atividade turística promove os recursos endógenos e a gastronomia, contribuindo para as indústrias produtoras.</p> <p>(++) A implementação de um sistema de fiscalidade verde municipal possibilitará canalizar fundos em forma de incentivos, para estimular o investimento em Economia Circular e/ou práticas valorizadoras da dimensão ambiental dos territórios.</p>	<p>(0)</p>

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo</p>	<p>(++) Estão previstas inúmeras medidas de incentivo à atividade turística, que passam pela qualificação de espaços para o desenvolvimento turístico do concelho, pela criação de centros interpretativos, pela criação de percursos pedestres e cicláveis, etc.</p> <p>(++) A potenciação do investimento turístico terá um forte contributo para o desenvolvimento económico do concelho.</p> <p>(++) A divulgação dos valores culturais e a valorização do património cultural, potencia a atratividade turística do concelho, conduzindo ao desenvolvimento de atividades económicas associadas.</p> <p>(+) O aumento da atividade turística promove os recursos endógenos e a gastronomia, contribuindo para as indústrias produtoras.</p> <p>(++) A aposta no turismo reflete-se essencialmente no facto de as atividades turísticas serem transversais a todas as classes de espaço definidas tanto para solo urbano, como para o solo rústico. Existem um conjunto de projetos já concretizados e previstos para o concelho assentes no potencial natural, rural e cultural do concelho.</p>	<p>(-) O aumento da atividade industrial poderá aumentar o incumprimento das condições de bom desempenho ambiental de algumas atividades, quanto às emissões para a atmosfera.</p>
<p>OE4 Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos</p>	<p>(++) Promoção da mobilidade sustentável</p> <p>(++) Está previsto o apoio a projetos que promovam a transformação de biomassa em energia.</p> <p>(++) Está prevista a implementação de um plano de bioresíduos.</p>	<p>(-) O aumento da atividade industrial irá naturalmente implicar maior consumo energético e aumento das emissões de CO<sub>2</sub>.</p>

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE5</p> <p>Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade</p>	<p>(++) Criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial, constitui um fator muito importante para a atratividade, fixação de empresas e criação de emprego.</p> <p>(++) Medidas de qualificação e formação profissional, com consequente aumento de mão-de-obra qualificada.</p> <p>(++) Estão previstas medidas que contribuirão para o desenvolvimento humano e para a equidade social, nomeadamente a requalificação do Centro escolar de Belmonte, a Beneficiação do complexo desportivo municipal, Requalificação das piscinas municipais (Belmonte e caria), a requalificação das sedes das associações desportivas, recreativas e culturais, bem como outros investimentos na prática desportiva.</p>	<p>(0)</p>
<p>OE6</p> <p>Promover a Regeneração e Inovação Urbana</p> <p>OE7</p> <p>Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade</p>	<p>(++) A criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial, promoverá a resolução de conflitos urbanísticos.</p>	<p>(0)</p>
<p>OE8</p> <p>Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos</p> <p>OE9</p> <p>Adaptação às alterações climáticas</p>	<p>(++) Criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial, contribui para a promoção da prevenção de riscos naturais e tecnológicos, bem como a adaptação programada às alterações climáticas. Sobre este aspeto, refere-se a requalificação e ampliação da zona industrial de Belmonte, bem como a implementação da nova zona empresarial de Maçainhas, que terão enquadramento no período de vigência do Plano.</p>	<p>(-) O aumento da atividade industrial implica, à partida, um aumento do risco de incêndio, ou de derrames acidentais, associados às atividades desenvolvidas.</p>

## 5.2. ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

### 5.2.1. ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise SWOT que se segue pretende diagnosticar as tendências existentes (Forças e Fraquezas), caso não seja levado a cabo a revisão do PDM, identificando-se igualmente um conjunto de Oportunidades e Ameaças resultantes da implementação do Plano, associadas ao FCD em análise.

Análise SWOT		
	Forças	Fraquezas
Sem implementação do Plano	<p>Mosaico territorial diversificado;</p> <p>Concentração de equipamentos na sede de concelho, centralização dos serviços de apoio;</p> <p>Boa oferta de equipamentos de utilização pública;</p> <p>Aposta na reabilitação urbana na sede do concelho e refuncionalização dos edifícios devolutos;</p> <p>Boa cobertura de rede elétrica com grande percentagem da energia consumida no concelho é produzida através do parque eólico da serra da Montemuro;</p> <p>A configuração da rede viária proporciona uma boa cobertura de acessos internos e externos;</p> <p>Boa cobertura das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;</p>	<p>Aglomerados urbanos com grande debilidade funcional;</p> <p>Escassa oferta de equipamentos de apoio à população de portadora de alguma deficiência;</p> <p>Equipamentos desportivos no meio rural a necessitar de intervenção;</p> <p>Perímetros urbanos em vigor desadequados que proporcionaram um crescimento disseminado em algumas freguesias;</p> <p>Sistema de transportes públicos que de um modo geral só serve a rede escolar;</p> <p>Isolamentos de alguns lugares</p> <p>Mercado imobiliário fraco.</p>

	Oportunidades	Ameaças
Com implementação do Plano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede viária com eixos estruturantes do território concelhio e regional (A23, EN18), assegurando boas ligações externas;</li> <li>• A baixa pressão construtiva fácil na manutenção dos preços dos terrenos e da Habitação;</li> <li>• Execução de projetos atualmente previstos reparação, beneficiação/requalificação da rede viária</li> <li>• Autarquia dinâmica com algumas iniciativas de revitalização/atração social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Despovoamento das áreas rurais e repulsão interna;</li> <li>• Descaracterização arquitetónica nas áreas de expansão dos aglomerados periurbanos.</li> <li>•</li> </ul>

### 5.2.2. EFEITOS ESPERADOS COM A PROPOSTA DE PLANO

Os objetivos estratégicos assumidos na proposta de Plano consubstanciam diferentes oportunidades e riscos ao nível dos fatores críticos definidos.

O próximo quadro sistematiza a análise dos efeitos esperados, com a aplicação da proposta de PDM sobre os diferentes critérios do FCD Ordenamento e Qualificação do Território.

Quadro 8: Ordenamento e Qualificação do Território: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE1 Promover a Economia Rural e a Economia Circular</p> <p>OE2 Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos</p>	(0)	(0)
<p>OE3 Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo</p>	<p>(++) O ordenamento do território proposto e as categorias de espaço estabelecidas e sua regulamentação promove uma ocupação e utilização do solo em função das condicionantes e dos riscos detetados contribuindo para a proteção e valorização efetiva dos recursos, do património natural e da paisagem.</p> <p>(++) O povoamento concentrado facilita a correta infraestruturação.</p> <p>(++) Identificação servidões administrativas e restrições de utilidade pública associadas a recursos hídricos, tendo-se estabelecido condicionantes de edificabilidade em função das características destas áreas.</p> <p>(+) A distribuição adequada dos usos do solo, permitirá uma proteção da população relativamente ao ruído. A garantia de que as atividades que se venham a implementar em qualquer área do sistema urbano, terão que ter em conta o zonamento acústico definido para o território municipal, também promoverá a proteção da população ao ruído.</p> <p>(++) O povoamento concentrado facilita a correta infraestruturação, evitando o aparecimento de novos focos de poluição através da rejeição indevida de efluentes domésticos.</p> <p>+ Melhoria do sistema de acessibilidades e transportes, contribui para o estabelecimento de roteiros turísticos moção do património cultural existente.</p>	<p>(-) Aumento dos níveis de ruído resultantes do aumento de tráfego rodoviário face à consolidação urbana.</p> <p>(-) Incumprimento das condições de bom desempenho ambiental de algumas atividades, que comprometem a qualidade em vários âmbitos (solo, água e ar).</p>

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
OE4 Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos	(0)	(0)
OE5 Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	<p>(++) A qualificação do solo rústico e urbano promove um ordenamento equilibrado do território e assegura a proteção e valorização do solo.</p> <p>(+) Criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial, prevenindo-se a afetação dos vários parâmetros ambientais.</p> <p>(++) Identificação servidões administrativas e restrições de utilidade pública associadas a recursos hídricos, tendo-se estabelecido condicionantes de edificabilidade em função das características destas áreas.</p> <p>(+) A aposta na formação profissional terá efeitos positivos na fixação de população, na criação de novos postos de trabalho e de novas empresas.</p> <p>(+) A qualificação e reabilitação urbana contribui para um ambiente social e ambiental atrativo para a sua qualificação física, aproveitando a disponibilidade no parque edificado e as suas evidentes qualidades no domínio do espaço público, promovendo assim a atratividade do concelho e a fixação da população.</p>	(0)
OE6 Promover a Regeneração e Inovação Urbana  OE7 Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	<p>(++) Melhoria do sistema de acessibilidades e transportes e da rede de infraestruturas e água e saneamento, contribuindo para uma melhor organização espacial do território.</p> <p>(++) Ampliação da rede de saneamento para os aglomerados populacionais não servidos .</p> <p>(++) Implementação de planos de acessibilidade e de segurança para equipamentos públicos.</p>	(0)

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
	<p>(+) A melhoria das redes de infraestruturas de águas e saneamento, bem como de recolha e tratamento de resíduos promove uma maior adequabilidade às exigências ambientais e tem efeitos positivos na fixação e atração de novos residentes e investimentos empresariais.</p> <p>(+) A melhoria do concelho em termos de disponibilização de equipamentos promove a fixação da população.</p>	
<p>OE8 Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos</p> <p>OE9 Adaptação às alterações climáticas</p>	<p>(++) As medidas de requalificação dos espaços edificados, terá em consideração a adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas.</p> <p>(++) A adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas, terão consequências muito positivas ao nível da qualidade de vida das populações, permitindo evitar o aumento de doenças associadas à poluição do ar e aeroalérgenos. Estas medidas permitirão também minimizar os efeitos sobre pessoas e bens, resultantes de eventos extremos (cheias e secas), bem como do aumento da frequência e intensidade das ondas de calor. Permitirão ainda evitar alterações na distribuição e incidência de doenças transmitidas por vetores e alterações da disponibilidade e qualidade da água e toxico-infeções.</p>	(0)



## 5.3. RECURSOS NATURAIS E PATRIMÓNIO NATURAL

### 5.3.1. ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise SWOT que se segue pretende diagnosticar as tendências existentes (Forças e Fraquezas), caso não seja levado a cabo a revisão do PDM, identificando-se igualmente um conjunto de Oportunidades e Ameaças à implementação do Plano, associadas ao FCD em análise.

Análise SWOT		
	Forças	Fraquezas
Sem implementação do Plano	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qualidade paisagística privilegiada, dada a localização marginal com o rio Zêzere em parte do concelho</li> <li>Mosaico territorial diversificado;</li> <li>Preservação das características morfológicas dos aglomerados urbanos da Beira Alta;</li> <li>Aproveitamentos hidroagrícolas.</li> </ul>	
	Oportunidades	Ameaças
Com implementação do Plano	<p>Integração da principal rede hidrográfica na estrutura verde municipal</p> <p>Intensificação do aproveitamento dos solos com capacidade de uso agrícola</p> <p>Proteção dos solos de elevada capacidade produtiva</p> <p>Regulamentação dos diferentes usos e atividades em função das especificidades das diferentes tipologias de áreas a integrar na REN</p> <p>Promoção de atividades de recreio e lazer</p>	<p>Abandono das explorações agrícolas</p> <p>Pressão antropogénica com potencial agravamento das situações de risco e redução das áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos</p> <p>Tendência de abandono do coberto vegetal com risco de diminuição do mosaico de habitats presentes</p> <p>Aumento da pressão antrópica</p> <p>Abandono das antigas práticas de tratamento e ocupação dos solos alterando a leitura da paisagem</p> <p>Poluição das linhas de água em resultado da emissão de efluentes</p>

<p>Estabelecer uma rede de áreas com valor natural, visando a sustentabilidade do território</p> <p>Desenvolvimento do turismo de natureza associado à melhoria das condições de fruição da paisagem</p> <p>Recuperação dos espaços com usos degradantes visualmente</p> <p>Desenvolvimento de soluções viárias sustentáveis</p> <p>Integração das questões ambientais no planeamento e reordenamento viário.</p> <p>Beneficiação das redes de saneamento.</p> <p>Beneficiação das redes de abastecimento de água.</p> <p>Energias renováveis sobretudo com o aproveitamento dos recursos energéticos.</p>	<p>líquidos não tratados provenientes de unidades industriais</p> <p>Agravamento do impacto sonoro ao longo das vias de maior tráfego</p>
--	---

### 5.3.2. EFEITOS ESPERADOS COM A PROPOSTA DE PLANO

Os objetivos estratégicos assumidos na proposta de Plano consubstanciam diferentes oportunidades e riscos ao nível dos fatores críticos definidos.

O próximo quadro sistematiza a análise dos efeitos esperados, com a aplicação da proposta de revisão do PDM sobre os diferentes critérios do FCD Recursos Naturais e Património Natural.

Quadro 9: Efeitos esperados sobre o FCD Recursos Naturais e Património Natural: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE1</p> <p>Promover a Economia Rural e a Economia Circular</p> <p>OE2</p> <p>Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos</p>	<p>(++) Apoio a projetos que promovam a transformação de biomassa em energia</p> <p>(++) Com a implementação de um sistema de fiscalidade verde municipal será possível canalizar fundos em forma de incentivos, para estimular o investimento em Economia Circular.</p>	<p>(0)</p>
<p>OE3</p> <p>Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo</p>	<p>(++) O ordenamento do território proposto e as categorias de espaço estabelecidas e sua regulamentação promove uma ocupação e utilização do solo em função das condicionantes e dos riscos detetados contribuindo para a proteção e valorização efetiva dos recursos florestais.</p> <p>(++) Monitorização e atualização do Plano Municipal de Proteção Civil e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.</p> <p>(++) Identificação servidões administrativas e restrições de utilidade pública associadas a recursos hídricos, áreas agrícolas e florestais, recursos ecológicos e povoamentos florestais percorridos por incêndios, tendo-se estabelecido condicionantes de edificabilidade em função das características destas áreas.</p> <p>(++) O ordenamento do território proposto e as categorias de espaço estabelecidas e sua regulamentação promove uma ocupação e utilização do solo em função das condicionantes e dos riscos detetados contribuindo para a proteção efetiva dos recursos, do património natural e da paisagem.</p> <p>(++) O ordenamento proposto evita a edificação dispersa e implica a diminuição dos perímetros urbanos, evitando a ocupação de áreas e habitats classificados e impactes sobre a paisagem.</p>	<p>(0)</p>

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
	<p>(+) Os espaços naturais e paisagísticos, bem como a redelimitação da REN permitirão a salvaguarda e a proteção dos recursos hídricos e dos solos.</p> <p>(+) Proteção da população ao ruído através das limitações impostas pelo zonamento acústico.</p> <p>(++) Apoio a projetos que promovam a transformação de biomassa em energia.</p> <p>(++) Ao fundo municipal de sustentabilidade são afetas receitas resultantes da redistribuição de mais-valias, com vista a promover a reabilitação urbana, a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação de serviços ambientais, sem prejuízo do município poder afetar outras receitas urbanísticas a este Fundo, com vista a promover a criação, manutenção e reforço de infraestruturas, equipamentos ou áreas de uso público.</p> <p>(+) A criação de espaços verdes urbanos contribuem para a melhoria da qualidade do ar.</p> <p>(++) Melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, associada à reabilitação e reforço do sistema de saneamento básico, reduzindo as perdas no abastecimento e a poluição tóxica urbana.</p> <p>(++) Impactes positivos associados às ações de requalificação das principais linhas de água respetivas galerias ripícolas (infraestruturas verdes) e de promoção do valor ambiental dos espaços florestais.</p>	
<p>OE4</p> <p>Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos</p>	<p>(++) Apoio a projetos que promovam a transformação de biomassa em energia</p>	<p>(0)</p>
<p>OE5</p> <p>Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade</p>	<p>(0)</p>	<p>(0)</p>

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE6 Promover a Regeneração e Inovação Urbana</p> <p>OE7 Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade</p>	(0)	(0)
<p>OE8 Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos</p> <p>OE9 Adaptação às alterações climáticas</p>	<p>(++) As medidas de adaptação às alterações climáticas, contribuirão para o combate à escassez do recurso água, em situações extremas de seca.</p> <p>(++) As medidas de adaptação às alterações climáticas, passam também pela adaptação das florestas a este fenómeno, tendo como finalidade minimizar a ocorrência de incêndios, bem como o risco associado às pragas e doenças.</p>	(0)

## 5.4. PATRIMÓNIO CULTURAL

### 5.4.1. ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise SWOT que se segue pretende diagnosticar as tendências existentes (Forças e Fraquezas), caso não seja levado a cabo a revisão do PDM, identificando-se igualmente um conjunto de Oportunidades e Ameaças resultantes da implementação do Plano, associadas ao FCD em análise.

Análise SWOT		
	<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
Sem implementação do Plano	<p>Património arquitetónico e arqueológico de referência regional.</p> <p>Património cultural como um dos principais fatores de atração turística.</p> <p>Património arquitetónico e arqueológico de referência regional.</p> <p>A herança do Pedro Álvares Cabral.</p> <p>Integração na Rede de Aldeias Históricas.</p>	Degradação do património edificado
	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
Com implementação do Plano	<p>Aposta estratégica regional na indústria do turismo como alavanca de desenvolvimento</p> <p>Artes e tradições apresentam-se como potencial recurso turístico.</p> <p>Articulação concertada entre as componentes patrimonial e turística que promova o desenvolvimento cultural e da economia local gerando emprego e levando a que a população local atribua maior valor e um maior sentimento de pertença aos elementos patrimoniais.</p>	<p>Agravamento dos custos de manutenção e preservação</p> <p>Desinteresse por parte dos proprietários na reabilitação do património arquitetónico</p> <p>Abandono dos elementos patrimoniais identificados e consequente degradação da imagem do concelho</p>

#### **5.4.2. EFEITOS ESPERADOS COM A PROPOSTA DE PLANO**

Os objetivos estratégicos assumidos na proposta de Plano consubstanciam diferentes oportunidades e riscos ao nível dos fatores críticos definidos.

O próximo quadro sistematiza a análise dos efeitos esperados, com a aplicação da proposta de revisão do PDM sobre os diferentes critérios do FCD Património Cultural.

Quadro 10: Efeitos esperados sobre o FCD Património Cultural: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE1 Promover a Economia Rural e a Economia Circular</p> <p>OE2 Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos</p>	<p>(++) O investimento turístico passará também pela adoção de medidas associadas à divulgação dos valores culturais e à valorização do património cultural.</p>	<p>(0)</p>
<p>OE3 Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo</p>	<p>(++) A reabilitação urbana, através da qualificação e requalificação do espaço urbano, contribui para a atratividade cultural e turística do concelho.</p> <p>(++) Estão previstas várias medidas de investimento no património cultural, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Requalificação dos espaços envolventes do património histórico edificado;</li> <li>- Requalificação do Castelo de Belmonte;</li> <li>- Centro interpretativo Centum Cellas;</li> <li>- Implementação de percursos pedestres e cicláveis e manutenção dos existentes, incluindo Caminhos Santiago;</li> <li>- Requalificação/ reconversão do património escolar desocupado;</li> <li>- Requalificação do Ecomuseu do Zêzere/ outros.</li> </ul> <p>(++) Dar continuidade e publicar a Carta Arqueológica do Concelho que pelas suas características é um documento sempre em aberto e um instrumento a ser utilizado na política de ordenamento municipal.</p>	<p>(-) Execução de projetos que não cumpram as condicionantes arqueológicas vigentes na legislação em vigor e em pareceres técnicos da administração local e central para a salvaguarda do património arqueológico.</p>
<p>OE4 Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos</p>	<p>(0)</p>	<p>(0)</p>



Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
OE5 Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade	(++) O contributo para a atratividade cultural e turística do concelho, promoverá a criação de emprego.	(0)
OE6 Promover a Regeneração e Inovação Urbana  OE7 Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade	(0)	(0)
OE8 Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos  OE9 Adaptação às alterações climáticas	(0)	(0)

## 5.5. RISCOS NATURAIS, TECNOLÓGICO E MISTOS

### 5.5.1. ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise SWOT que se segue pretende diagnosticar as tendências existentes (Forças e Fraquezas), caso não seja levado a cabo a revisão do PDM, identificando-se igualmente um conjunto de Oportunidades e Ameaças resultantes da implementação do Plano, associadas ao FCD em análise.

Análise SWOT		
	Forças	Fraquezas
Sem implementação do Plano	<p>Identificação de localidades e infraestruturas vulneráveis em caso de cheias e inundações.</p> <p>Integração no Plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas.</p>	Não é evidente a preocupação efetiva com as alterações climáticas.
	Oportunidades	Ameaças
Com implementação do Plano	Revisão do PDM do Belmonte concertada com o Plano Municipal de Emergência	<p>Aumento da ocorrência de situações de seca</p> <p>Riscos de inundação em aglomerados populacionais, localizados em Zonas Ameaçadas pelas Cheias</p> <p>Perigo de incêndios e a destruição da floresta autóctone.</p>

### 5.5.2. EFEITOS ESPERADOS COM A PROPOSTA DE PLANO

Os objetivos estratégicos assumidos na proposta de Plano consubstanciam diferentes oportunidades e riscos ao nível dos fatores críticos definidos.

O próximo quadro sistematiza a análise dos efeitos esperados, com a aplicação da proposta de revisão do PDM sobre os diferentes critérios do FCD Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos.

Quadro 11: Efeitos esperados sobre o FCD Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
<p>OE1 Promover a Economia Rural e a Economia Circular</p> <p>OE2 Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos</p>	<p>(+) Criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial, promovendo-se a eficiência energética e a redução de emissões de GEE.</p> <p>(+) O aumento da competitividade económica direciona as empresas para a aquisição de tecnologia mais avançada e eficiente.</p> <p>(++) Apoio a projetos que promovam a transformação de biomassa em energia.</p> <p>(+) Ações de sensibilização para o desenvolvimento de práticas industriais, adaptadas às alterações climáticas.</p>	<p>(-) Incumprimento das condições de bom desempenho ambiental de algumas atividades quanto às emissões para a atmosfera.</p> <p>(-) O aumento da atividade industrial irá naturalmente implicar maior consumo energético.</p>
<p>OE3 Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo</p>	<p>(+) Promoção da eficiência energética dos edifícios industriais e da instalação de infraestruturas de aproveitamento energético em espaço rural.</p>	<p>(0)</p>
<p>OE4 Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos</p>	<p>(0)</p>	<p>(0)</p>
<p>OE5 Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade</p>	<p>(0)</p>	<p>(0)</p>
<p>OE6 Promover a Regeneração e Inovação Urbana</p>	<p>(0)</p>	<p>(0)</p>

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
OE7 Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade		
OE8 Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos  OE9 Adaptação às alterações climáticas	(++) As medidas de adaptação às alterações climáticas, passam também pelo aproveitamento de fontes renováveis para produção de energia.  (++) Criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial, dotados de sistemas de drenagem adaptados às alterações climáticas. Nestes espaços será também promovida a eficiência energética e a redução de emissões de GEE  (++) Estão previstas medidas de monitorização e atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e do Plano Municipal de Proteção Civil.	(0)

## 6. DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO

Para que a proposta de revisão do PDMB apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, deverá ser adotado um conjunto de medidas de planeamento e gestão, complementares às propostas apresentadas no Plano, que permitam minimizar ou eliminar os efeitos negativos identificados, de forma a assegurar um bom desempenho ambiental, de acordo com os objetivos de sustentabilidade.

As medidas de planeamento e gestão são apresentadas seguidamente para cada FCD.

Quadro 12: Medidas de Planeamento e Gestão

Domínios	Medidas de Planeamento e Gestão
FCD Desenvolvimento Económico e Competitividade	
Desenvolvimento Económico	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover um correto ordenamento dos espaços de atividades económicas, dotando-os de todas as infraestruturas necessárias.</li> <li>Garantir a disponibilidade e o acesso de todas as unidades empresariais instaladas a todas as infraestruturas, bem como incentivar a incorporação de princípios de ecoeficiência e de sustentabilidade ambiental.</li> <li>Estimular a dinâmica e o empreendedorismo da base económica local, desenvolvendo e implementando ações de apoio e de incentivo ao tecido empresarial.</li> <li>Fomentar a fixação e o desenvolvimento das atividades económicas instaladas no concelho.</li> <li>Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial.</li> </ul>
Emprego e Qualificação humana	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a qualificação profissional dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades do concelho e da região.</li> <li>Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada.</li> </ul>
Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de condições que favoreçam a adoção de meios de transporte mais sustentáveis (mobilidade sustentável) que apresentam benefícios em termos de qualidade do ar e ruído.</li> <li>Promover o correto ordenamento da rede viária intra e intraconcelhia.</li> <li>Promover a valorização da rede de caminhos secundários.</li> <li>Acompanhar a evolução do estado de conservação da rede viária existente.</li> <li>Desenvolver um Plano de Mobilidade e Transportes, a elaborar em conformidade com as diretrizes nacionais para a mobilidade, inseridas no pacote da mobilidade.</li> </ul>
Dinâmica Turística	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o potencial turístico do concelho.</li> <li>Promover a fixação de iniciativas turísticas em meio rural com viabilidade económica e ambiental.</li> <li>Promover a criação de percursos temáticos que divulguem o potencial turístico do concelho.</li> </ul>

Domínios	Medidas de Planeamento e Gestão
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir uma estratégia para dinamizar os equipamentos culturais.</li> </ul>
FCD Ordenamento e Qualificação do Território	
Ordenamento do território	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar condições socioeconómicas favoráveis à fixação da população, nomeadamente a população em idade ativa.</li> <li>Promover o correto ordenamento do solo rústico e do solo urbano.</li> <li>Potenciar a importância económica e social do solo rústico.</li> <li>Salvaguardar os solos agrícolas, em especial os classificados como integrantes a RAN.</li> <li>Controlar a edificabilidade no solo rústico e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização destes espaços.</li> <li>Garantir a correta gestão e conservação dos espaços verdes urbanos.</li> <li>Salvaguardar, preservar e valorizar cada um dos subsistemas que integram a REN.</li> <li>Promover o correto ordenamento do solo urbano.</li> <li>Controlar a edificabilidade no Solo Rústico e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola.</li> <li>Deve ser implementada uma política municipal de reconversão de áreas urbanas degradadas.</li> <li>Fomento da requalificação urbana: consolidação da malha edificada, criação de espaços públicos com zonas verdes e, identificação de ações necessárias no parque edificado existente, essencialmente no que respeita à recuperação e reconversão de usos.</li> <li>Promover o ordenamento das UOPG através da concretização dos PP previstos.</li> </ul>
Qualidade de vida das populações	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caso se venham a identificar zonas onde os valores limites legais sejam excedidos, originando zonas de conflito deverão ser aplicadas as medidas de redução previstas no Plano de Redução do Ruído ou, na sua ausência, as medidas regulamentadas na Lei Geral do Ruído.</li> <li>Assegurar a execução, qualificação e tratamento de espaços verdes públicos.</li> <li>Promover ações de erradicação de depósitos ilegais de resíduos eventualmente existentes.</li> <li>Promover ações de sensibilização de separação de resíduos relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos no âmbito da recolha seletiva, e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos.</li> <li>Estabelecer um programa de monitorização dos resíduos valorizáveis e os que vão para aterro.</li> </ul>
FCD Recursos Naturais e Património Natural	
Floresta	<ul style="list-style-type: none"> <li>Distribuição adequada de caminhos florestais e agroflorestais.</li> <li>Identificar e resolver as causas mais frequentes de incêndios florestais e consolidar a rede de primeira deteção e prevenção de incêndios florestais em consonância com o PMDFCI.</li> <li>Adequar os espaços florestais e limítrofes com o objetivo da prevenção do risco de incêndio, dando cumprimento à legislação aplicável, nomeadamente ao nível das faixas de gestão de combustíveis.</li> </ul>

Domínios	Medidas de Planeamento e Gestão
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a educação ambiental e a vigilância das florestas.</li> </ul>
Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir a manutenção e limpeza dos espaços verdes públicos e dos restantes espaços integrados na Estrutura Ecológica Municipal.</li> <li>Promover a construção de espaços verdes nas zonas industriais.</li> <li>Implementação de regras de proteção e valorização ambiental nas áreas da Estrutura Ecológica Municipal em solo rústico e em solo urbano.</li> <li>Garantir a integração paisagística nas zonas fronteira das zonas industriais, através da criação de cortinas arbóreas de proteção visual.</li> </ul>
Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar a conservação e sustentabilidade dos recursos hídricos.</li> <li>Combater as descargas de águas residuais clandestinas de forma a promover a qualidade dos recursos hídricos.</li> <li>Promover ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos.</li> <li>Promover ações que visem o uso eficiente e racional da água.</li> <li>Implementação de sistemas que identifiquem as perdas existentes na rede de distribuição.</li> <li>Garantir a manutenção das redes de infraestruturas de modo a minimizar as perdas e fugas.</li> <li>Assegurar que a população é abrangida pelos sistemas de abastecimento de água.</li> <li>Estabelecer um programa de monitorização do consumo da água.</li> <li>Promover ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos.</li> <li>Assegurar que os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada.</li> <li>Promover a infiltração em detrimento do escoamento superficial, com particular relevo na envolvente de áreas com incidência de cheias.</li> </ul>
Atmosfera	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera.</li> <li>Assegurar o cumprimento da legislação em termos de emissões para a atmosfera.</li> <li>Criação de condições que favoreçam a adoção de meios de transporte mais sustentáveis (mobilidade sustentável) que apresentam benefícios em termos de qualidade do ar e acústica.</li> <li>Realizar campanhas de sensibilização para a utilização de meios de transporte mais sustentáveis.</li> </ul>
Solos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Salvaguardar os solos agrícolas, em especial os classificados como integrantes a RAN.</li> <li>Garantir a recuperação dos terrenos afetados pela exploração de pedreiras.</li> <li>Adotar práticas de conservação do solo.</li> </ul>

Domínios	Medidas de Planeamento e Gestão
Biodiversidade , Flora e Fauna	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da aposta do turismo ecológico/ambiental.</li> <li>• Criação de percursos turísticos e recuperação/manutenção dos já existentes, que integrem valores culturais e atividades de contacto com a natureza, numa perspetiva de educação ambiental.</li> <li>• Valorização dos recursos naturais existentes através da qualificação/diversificação da paisagem e das espécies florestais, privilegiando as espécies autóctones.</li> <li>• Promover estudos de caracterização dos valores ecológicos (fauna, flora e habitats) existentes no concelho, fomentando a atualização da sua distribuição espacial e integração da cartografia no planeamento municipal.</li> <li>• Assegurar que a implementação das UOPG previstas (e outras iniciativas ou projetos a implementar no município durante a vigência do PDM) decorre de forma a minimizar as afetações dos recursos ecológicos, valores naturais e paisagísticos presentes no município fundamentalmente através do recurso aos instrumentos legais de monitorização e avaliação de impacte ambiental.</li> <li>• Diversificar as espécies florestais exploradas, promovendo e valorizando as espécies florestais autóctones, mais resistentes ao fogo e com maior capacidade de suporte de biodiversidade.</li> <li>• Promover uma gestão adequada para fins múltiplos da floresta de proteção no município.</li> <li>• Promover uma gestão sustentada da floresta, com base nos planos de ordenamento florestal, Zonas de Intervenção Florestal, etc..</li> <li>• Promover de parcerias e/ou associações entre os sectores público e privado, com vista a uma eficaz gestão do espaço florestal e incentivar a certificação como gestão florestal sustentável.</li> <li>• Apoiar e incentivar a elaboração de cartografia da distribuição das espécies exóticas infestantes no município e promover um plano de controlo e/ou erradicação para espécies invasoras.</li> <li>• Recuperar as áreas ardidas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones, o aproveitamento dos produtos florestais e a capacidade socioeconómica da área atingida.</li> </ul>
<b>FCD Património Cultural</b>	
Património	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de estudos e prospeções nos locais com maior potencial arqueológico.</li> <li>• Deverão ser estabelecidos procedimentos específicos de salvaguarda arqueológica no âmbito dos instrumentos de gestão territorial (Plano de Urbanização e Plano de Pormenor), de acordo com a legislação aplicável.</li> <li>• Deverá ser promovida a salvaguarda e valorização de forma integrada do património concelhio, sempre que seja necessária a execução de infraestruturas que tragam implicações sobre este património.</li> <li>• Sempre que haja ocorrência de achados arqueológicos, no seguimento de intervenções no território (trabalhos de reflorestação e infraestruturização), terá de ser comunicado às entidades municipais e estaduais responsáveis pelo património cultural ou à autoridade policial.</li> </ul>



Domínios	Medidas de Planeamento e Gestão
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomento da inclusão, em planos e programas futuros a elaborar pela autarquia, do registo dos hábitos culturais dos seus habitantes, de forma a ir ao encontro das suas necessidades.</li> <li>• Criação de roteiros arqueológico/arquitetónico/natural.</li> <li>• Criação de núcleos museológicos temáticos locais em consonância com as comunidades autóctones.</li> <li>• Promover a divulgação do património arqueológico, de exposições temporárias de arqueologia ou da realização de fóruns à população.</li> <li>• Definição de condicionantes arqueológicas no âmbito dos licenciamentos e operações urbanísticas emitidos pela CMB.</li> </ul>
FCD Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos	
Energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético.</li> <li>• Fomentar a implementação de sistemas de gestão de energia, através da avaliação de consumos</li> <li>• Fomentar a racionalização e utilização de energia nomeadamente quando se verificar a necessidade de cumprimento do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE).</li> <li>• Promover ações de sensibilização relativas à poupança de energia.</li> <li>• Cumprir a legislação em vigor relativa à Certificação Energética de Edifícios, principalmente nas novas construções e remodelações.</li> </ul>
Alterações Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover ações que visem diminuir a emissão de GEE.</li> <li>• Cumprir a legislação em vigor relativa à Certificação Energética de Edifícios, principalmente nas novas construções e remodelações.</li> <li>• Desenvolver um sistema de contabilização e monitorização das emissões de CO2.</li> <li>• Desenvolver um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.</li> <li>• Desenvolver um Plano de Minimização de Riscos de Seca que permita o desenvolvimento de indicadores e índices para caracterizar os vários tipos de seca (meteorológica, hidrológica, agrícola e socio-económica), a avaliação do risco de secas, a avaliação da vulnerabilidade à seca, a definição de medidas a curto e a longo prazo a implementar para prevenir e mitigar os danos da seca.</li> <li>• Promover ações de sensibilização para o uso racional da água em situações de seca, nomeadamente evitar as regas e lavagens no exterior nas horas de calor, evitar encher piscinas com água da rede pública, verificar a existência de roturas ou fugas de água com regularidade, etc.</li> </ul>
Riscos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar o cumprimento das orientações e responsabilidades estabelecidas no PROF.</li> <li>• Assegurar o cumprimento das medidas estabelecidas no PMDFCI, bem como a sua monitorização.</li> <li>• Garantir que as zonas ameaçadas pelas cheias, delimitadas no âmbito da REN, deverão ser articuladas com as demarcadas no âmbito do PME.</li> <li>• Garantir a implementação das normas de higiene e segurança dos edifícios a instalar.</li> </ul>

Domínios	Medidas de Planeamento e Gestão
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a existência de corporações de bombeiros que respondam às necessidades.</li> <li>• Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e custos económicos derivados da sua afetação em caso de inundação.</li> <li>• Garantir a limpeza e desassoreamento das linhas de água.</li> <li>• Garantir a operacionalização dos planos de emergência em caso de ocorrência de inundação.</li> </ul>
Acidentes industriais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a implementação de planos de emergência das indústrias instaladas e a instalar.</li> <li>• Garantir a implementação do PME de Belmonte.</li> </ul>

A AAE visou a conceção de um Plano ambientalmente mais sustentável e potenciador de eventuais intervenções no território com o menor impacto possível no ambiente, antecipando e resolvendo potenciais conflitos que, de outro modo, apenas seriam abordados em fases subsequentes.

## 7. ORIENTAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE CONTROLO

As orientações para a implementação de um Plano de Controlo inseridas na fase de seguimento ou de monitorização do processo da AAE, pretendem acompanhar o ciclo de planeamento e programação nos 10 anos de duração do PDM, atualmente em revisão.

Por forma a acompanhar os efeitos da execução do PDM no território e avaliar o desempenho da estratégia definida, foi definido um quadro de metas que o Município pretende alcançar para cada indicador de sustentabilidade, não só as definidas em documentos estratégicos, mas também as assumidas pela própria Autarquia para o período de vigência do Plano.

Na Quadro 13 apresentam-se os indicadores de sustentabilidade e respetivas metas que servirão de base à implementação do Plano de Controlo, durante o período de execução do Plano.

Na Declaração Ambiental a emitir serão apurados os valores de base, para todos os indicadores identificados, considera-se importante desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização, pelo que não foram incluídos na Tabela. Serão também posteriormente definidas as metas a alcançar para cada indicador.

Tendo em conta o referido no Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, os resultados das ações previstas no Plano de Controlo (designadamente as ações de monitorização) deverão ser atualizados com uma periodicidade mínima anual pela entidade responsável (Câmara

Municipal de Belmonte), e divulgados pela entidade referida através de meios eletrónicos e posteriormente remetidos à APA.

É desejável que o processo de avaliação e monitorização da execução e implantação da proposta deva constituir um processo dinâmico ao longo do tempo. Aquando da revisão do Plano de Controlo, deverá ser realizada uma nova ponderação relativa à evolução de cada indicador, e deverão ser ponderadas as medidas preconizadas, de forma a alcançar as metas pretendidas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição ou ajuste dessas mesmas medidas e metas.

Quadro 13: Indicadores e Metas por FCD

<b>Critérios</b>	<b>Objetivos de Sustentabilidade</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Valor de Referência (Ano de Referência)</b>	<b>Tendência ou Meta para o horizonte do plano</b>	<b>Fonte de Informação</b>	<b>Período de Recolha</b>
<b>FCD Desenvolvimento Económico e Competitividade</b>						
<b>Desenvolvimento Económico</b>	Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional e nacional	Taxa de ocupação de Espaços empresariais / industriais estruturados e infraestruturados (%)	*	100%	INE; CMB	Anual
	Criar condições especiais para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional	Unidades de exploração agrícola, agropecuária e áreas florestais (N.º)	665 (2019)	Aumentar	INE; CMB	Anual
	Fomentar o desenvolvimento sustentável, proporcionando uma maior organização e coesão económica, social e territorial	Evolução da População Ativa por atividade económica (%)	Total 2516 (2021)	Aumentar	INE	Anual
	Aumentar a valorização económica em espaço rural	Criação de postos de trabalho, por sector de atividade (%)	*	Aumentar	INE	Anual
<b>Dinâmica Turística</b>	Aumentar a atratividade turística do concelho Aumentar o apoio, suporte e promoção da atividade turística	Taxa ocupação hoteleira (quarto) (%)	20.7 (2022)	Aumentar	Turismo de Portugal	Anual
		Estabelecimentos Turísticos (N.º)	5 (2022)	10	INE	Anual
		Unidades de Turismo em Espaço Rural (TER) (N.º)	2 (2020)	Aumentar	Turismo de Portugal	Anual
		Capacidade hoteleira (N.º de camas)	219 (2022)	Aumentar	Turismo de Portugal	Anual
		Percurso temáticos (N.º)	3 (2022)	Aumentar	INE	Anual
<b>FCD Ordenamento e Qualificação do Território</b>						

<b>Critérios</b>	<b>Objetivos de Sustentabilidade</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Valor de Referência (Ano de Referência)</b>	<b>Tendência ou Meta para o horizonte do plano</b>	<b>Fonte de Informação</b>	<b>Período de Recolha</b>
<b>Ordenamento do território</b>	<p>Fomentar a organização espacial do território</p> <p>Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, através da consolidação de espaços verdes urbanos</p> <p>Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana</p> <p>Fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios</p> <p>Fomentar a fruição da floresta nas suas variadas vertentes</p> <p>Incentivar a requalificação nos centros históricos</p>	População Residente total e por grupos etários (N.º hab)	Total 6205 (2021)	Aumentar	INE	Anual
		Espaços verdes urbanos (ha)	6 (2020)	>10.60ha	CMB	Anual
		Reserva Agrícola Nacional afetada por propostas de solo urbano (ha)	0 (Ano de eficácia da Revisão do PDM)	N.A.	CMB	Anual
		RAN utilizada para fins não agrícolas (%)	-- (Ano de eficácia da Revisão do PDM)	Manter	CMB	Anual
		Reserva Ecológica Nacional afetada por propostas de solo urbano (ha)	0 (Ano de eficácia da Revisão do PDM)	N.A.	CMB	Anual
		REN com ocupação compatível (%)	-- (Ano de eficácia da Revisão do PDM)	Manter	CMB	Anual
		Estrutura Ecológica Municipal afetada por propostas de solo urbano (ha)	-- (Ano de eficácia da Revisão do PDM)	As necessárias desde que compatíveis.	CMB	Anual
		Licenças para reconstrução e reabilitação (N.º)	3 (2018)	Aumentar	CMB	Anual
		Licenças para novos loteamentos (N.º)	0/2022	Aumentar	CMB	Anual
		Taxa de ocupação das áreas de atividade económica (%)	-	Aumentar	CMB	Anual
		Taxa de ocupação dos loteamentos urbanos (% e ha/ano)	-	Aumentar	CMB	Anual
		Concretização de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (N.º)	0 (2022)	6	CMB	Anual

<b>Critérios</b>	<b>Objetivos de Sustentabilidade</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Valor de Referência (Ano de Referência)</b>	<b>Tendência ou Meta para o horizonte do plano</b>	<b>Fonte de Informação</b>	<b>Período de Recolha</b>
<b>Acessibilidades</b>	Melhorar e potenciar as acessibilidades	Meios de deslocação passiva	*	Melhorar	CMB	Anual
		Tempo de deslocação entre trabalho e habitação (min)	*	Reduzir	CMB	Anual
		Recetores expostos a situações de não conformidade com o valor limite regulamentado no RGR (N.º)	0 (2009) (mapa de ruído)	Manter	CMB	Anual
		População afetada por níveis de poluição atmosférica superiores aos limites legais (N.º de pessoas)	0 (2022)	Manter	CMB	Anual
		Capacidade de transporte de passageiros por meio de transporte (N.º de passageiros) Repartição modal transporte individual / transporte coletivo (%)	*	N.A.	CMB	Anual
		Capitação de espaços verdes (m²/hab)	9.6 (2020)	18	CMB	Anual
		Capacidade de alojamento para seniores (N.º camas)	168 (2020)	Aumentar	CMB	Anual
		Capacidade de alojamento em cooperativas jovens (N.º de camas)	0 (2020)	Aumentar	CMB	Anual

<b>Critérios</b>	<b>Objetivos de Sustentabilidade</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Valor de Referência (Ano de Referência)</b>	<b>Tendência ou Meta para o horizonte do plano</b>	<b>Fonte de Informação</b>	<b>Período de Recolha</b>
		Condições de acessibilidade a equipamentos de saúde (escala qualitativa)	*	Aumentar	CMB	Anual
		Áreas de equipamentos desportivos (m <sup>2</sup> )	25500 (2020)	Aumentar	CMB	Anual
		Produção de RSU (kg/hab)	384.4 (2019)	250	CMB	Anual
		Valorização de Resíduos (%)	10 (2019)	50	CMB	Anual
<b>FCD Recursos Naturais e Património Natural</b>						
<b>Floresta</b>	Controlar as monoculturas de espécies de rápido crescimento e as invasoras lenhosas Proteção das espécies florestais autóctones e das folhosas de folha caduca Proteção Florestal, controlo de pragas e doenças	Espécies invasoras ou com risco ecológico conhecido (N.º e ha)	*	N.A.	CMB	Anual
		Área de Floresta de produção e agroflorestais (%)	21.9 (2018)	40	CMB/COS	Anual
<b>Paisagem</b>	Proteção e Salvaguarda da Paisagem Diminuição das áreas degradadas e intrusões visuais	<i>Número de intrusões visuais (construções em grande escala, lixeiras entre outras) (N.º)</i>	0 (2022)	<i>Manter</i>	<i>CMB</i>	<i>Anual</i>
		Investimento em ações de valorização e recuperação paisagística (€)	0 (2022)	Aumentar	CMB	Anual

<b>Critérios</b>	<b>Objetivos de Sustentabilidade</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Valor de Referência (Ano de Referência)</b>	<b>Tendência ou Meta para o horizonte do plano</b>	<b>Fonte de Informação</b>	<b>Período de Recolha</b>
	Contenção da edificação dispersa e do ordenamento da expansão urbana	Áreas degradadas e principais intrusões visuais (pedreiras não recuperadas, lixeiras, áreas de depósito de entulho, etc.) (ha)	1 (2022)	Reduzir	CMB	Anual
<b>Recursos Naturais</b>	Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos Reduzir os níveis de poluição na água para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais Promover o consumo eficiente e racional do recurso água	Qualidade da água superficial (escala qualitativa)	*	Melhorar	CMB	Anual
		Qualidade da água subterrânea (escala qualitativa)	*	Melhorar	CMB	Anual
		Investimento em ações de limpeza e requalificação dos recursos hídricos (€)	0 (2022)	Aumentar	CMB	Anual
		Consumo de água por habitante (m <sup>3</sup> /hab)	46.9 (2020)	Reduzir	CMB	Anual
		Utilização de água, por sector de atividade e tipologia (m <sup>3</sup> /setor de atividade)	*	Reduzir	CMB	Anual
		Perdas no sistema de abastecimento de água (%)	60/2020	15	CMB	Anual
<b>Atmosfera</b>	Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública Redução da poluição do ar Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites (N.º de dias)	*	Reduzir	CCDR	Anual
		Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)	0.74 (2020)	0.4	CMB	Anual



<b>Crítérios</b>	<b>Objetivos de Sustentabilidade</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Valor de Referência (Ano de Referência)</b>	<b>Tendência ou Meta para o horizonte do plano</b>	<b>Fonte de Informação</b>	<b>Período de Recolha</b>
<b>Solo</b>	Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo Reduzir a ocorrência de situações de erosão do solo Salvaguarda dos solos pedologicamente evoluídos Racionalização da expansão urbana Controlo da impermeabilização do solo	Superfície agrícola utilizada (ha)	5164 (2020)	6500	CMB	Anual
		Impermeabilização dos solos (% relativa ao concelho)	3.5 (2018)	Reduzir	CMB	Anual
		Pedreiras recuperadas (N.º)	0 (2022)	Aumentar	CMB	Anual
<b>FCD Património Cultural</b>						
<b>Património Cultural</b>	Preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos Valorizar a diversidade e a identidade local Promover o turismo cultural	Obras em edifícios classificados (recuperação/manutenção) (N.º)	0 (2022)	5 no horizonte do plano	CMB	Anual
		Recuperação de edifícios urbanos degradados (N.º)	6 (2020)	Aumentar	CMB	Anual
		Edifícios degradados ocupados e fora de uso (N.º)	*	Reduzir	CMB	Anual
		Circuitos históricos e culturais (N.º)	3 (2022)	5 no horizonte do plano	CMB	Anual
		N.º de visitantes de monumentos históricos (N.º visitantes)	*	Aumentar	CMB	Anual
		Património classificado e em vias de classificação (N.º de elementos classificados)	9 (2022)	14 no horizonte do plano	CMB	Anual

Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Valor de Referência (Ano de Referência)	Tendência ou Meta para o horizonte do plano	Fonte de Informação	Período de Recolha
		Investimento na inventariação e conservação de elementos patrimoniais (€)	*	Aumentar	CMB	Anual
<b>FCD Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos</b>						
<b>Energia</b>	Aumento da eficiência energética Utilização racional de energia Utilização e produção de energia renováveis	Consumo de energia elétrica (kWh/hab)	14.907.528 kWh (2021) 2400 kWh/hab (2021)	Reduzir	INE; CMB	Anual
		Produção de energia através de recursos renováveis (kW/hab)	*	Aumentar	INE; CMB	Anual
		Investimento em programas de eficiência energética (€)	*	Aumentar	INE; CMB	Anual
<b>Alterações Climáticas</b>	Diminuição das emissões de CO <sub>2</sub> Adaptação às alterações climáticas	Emissão de CO <sub>2</sub> (Kton/ano)	18,370 Kton (2019)	Reduzir	INE; APA	Anual
		Quantidade de GEE (t/km <sup>2</sup> )	2.124 Kton (2019)	Reduzir	INE; APA	Anual
		Investimentos em estudos e programas de adaptação às alterações climáticas (€)	0 (2022)	Aumentar	INE; CMB	Anual
<b>Risco Naturais</b>	Reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas Prever e mitigar a ocorrência de risco de inundações	Ocupação humana em áreas de riscos naturais (N.º hab)	0 (2022)	Reduzir	CMB	Anual
		Área ardida (ha)	2 (2019)	Reduzir	CMB	Anual
		Ocorrência de incêndios (N.º ocorrências)	14 (2019)	Reduzir	CMB	Anual
		Edifícios afetados pela ocorrência de incêndios (N.º edifícios)	0 (2019)	Reduzir	CMB	Anual

<b>Crítérios</b>	<b>Objetivos de Sustentabilidade</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Valor de Referência (Ano de Referência)</b>	<b>Tendência ou Meta para o horizonte do plano</b>	<b>Fonte de Informação</b>	<b>Período de Recolha</b>
		Ocorrência de cheias (N.º ocorrências)	*	Reduzir	CMB	Anual
		Elementos expostos e população exposta a zonas com risco de cheia (N.º)	*	Reduzir	CMB	Anual
<b>Acidentes industriais</b>	Prever e mitigar a ocorrência de risco de acidentes industriais	Ocorrência de acidentes industriais (N.º ocorrências)	0 (2022)	Manter	CMB	Anual
		Acidentes com transportes de matérias perigosas (N.º acidentes)	0 (2022)	Manter	CMB	Anual

\* - Valores de referência a apurar após realização de estudos específicos, na fase de seguimento

## 8. CONCLUSÕES

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de Revisão do PDM de Belmonte foi suportado na análise de cinco FCD: Desenvolvimento Económico e Competitividade; Ordenamento e Qualificação do Território; Recursos Naturais e Património Natural; Património Cultural; e Energia e Riscos Naturais e Tecnológicos.

No processo de AAE foram tidos em consideração os objetivos estratégicos da proposta de revisão do PDM, assentes em 9 objetivos estratégicos, designadamente OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular; OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos; OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo; OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos; OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade; OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana; OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade; OE8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos; OE9: Adaptação às alterações climáticas.

No decurso da avaliação de cada FCD foi verificada a consideração dos objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico no processo de revisão do PDMB, facto reforçado através do regulamento da proposta de revisão do Plano, obrigando ao cumprimento de determinadas medidas que garantam a sustentabilidade ambiental.

Durante o processo de AAE, constatou-se que a revisão do PDM contribui de forma muito significativa para a sustentabilidade ambiental do município, em várias vertentes, nomeadamente através da contenção da edificação dispersa, da qualificação de espaços industriais e empresariais infraestruturados, da melhoria das condições de saneamento básico e da promoção e preservação do património natural e construído.

Espera-se ainda que a presente proposta de revisão do PDMB, venha a promover níveis de dinâmica e de desenvolvimento económico municipal, capazes de produzir efeitos positivos na economia local, atraindo e fixando mais investimentos, gerando mais emprego e mais qualificado, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações, não introduzindo desequilíbrios, ambientais e paisagísticos, no sistema biofísico, que assumam significado relevante.

Salienta-se que a proposta de orientações de seguimento apresentada no Relatório Ambiental para cada FCD assenta numa lógica de sustentabilidade que permitira ao Município fazer uma leitura permanente e ambientalmente correta dos efeitos da execução do Plano.

Evidencia-se, ainda, a importância do acompanhamento da implementação do PDM, através da atualização periódica do Plano de Controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental da área de análise.